

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.507 - GO (2019/0228242-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : EMPRESA CENTRAL DE NEGOCIOS LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
SUSCITANTE : EMPRESA GESTAO DE PESSOAS E SERVICOS LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : ANA PAULA ANTUNES AIALA - GO054580
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SIMÕES FILHO - BA
INTERES. : QUELE PINTO GOMES
ADVOGADO : ANTONIO LAGES BEMFICA JÚNIOR - BA017244

DECISÃO

Cuida-se de **conflito positivo de competência**, instaurado por **EMPRESA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e OUTRA**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 25.^a Vara Cível da Comarca de Goiânia-GO, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo n.º 5354818.26.2018.8.09.0051), e o Juízo da 1.^a Vara do Trabalho de Simões Filho-BA, onde tramita a Reclamação Trabalhista n.º 0000379-36.2018.5.05.0101, ajuizada por Quele Pinto Gomes contra as suscitantes.

Afirmam que formularam pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 18/09/2018 pelo Juízo de Direito da 25.^a Vara Cível da Comarca de Goiânia-GO, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas.

Aduzem, contudo, que o r. Juízo da 1.^a Vara do Trabalho de Simões Filho-BA, nos autos da reclamação trabalhista supracitada, "*(...) arvora-se em competência que não possui, ao equivocadamente dar prosseguimento à execução trabalhista, autorizando diversos atos constrictivos em face da Suscitante, em benefício do credor trabalhista.*" (fl. 4).

Diante disso, postulam, liminarmente, o sobrestamento da mencionada reclamação trabalhista com a consequente designação do Juízo da 25.^a Vara Cível da Comarca de Goiânia-GO para decidir sobre a destinação dos valores apurados. No mérito, requerem a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios, em curso na 1.^a Vara do Trabalho de Simões Filho-BA.

Às fls. 93-95, decisão da lavra deste relator, deferiu em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constrictivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamação Trabalhista n.º 0000379-36.2018.5.05.0101, em curso no r. Juízo da 1.^a Vara do Trabalho de Simões Filho-BA, afetem o patrimônio das suscitantes, e **designou-se** o r. Juízo de Direito da 25.^a Vara Cível de Goiânia-GO, para resolver, em caráter provisório,

eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

O MPF opinou pela declaração de competência do r. juízo da recuperação judicial (fls. 104-107).

É o relatório.

Decide-se.

O presente conflito de competência comporta acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Em conflitos similares, envolvendo, de um lado, o **Juízo da Recuperação Judicial** e, de outro, **Juízo no qual tramita reclamação trabalhista movida contra sociedade recuperanda**, o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a competência do primeiro para efetivar atos de constrição ou expropriação que, de alguma forma, afetem o patrimônio envolvido no processo de soerguimento.

Com efeito, uma vez iniciada a recuperação judicial, é mister que a realização de atos constitutivos seja submetida ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016.

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS APÓS A FASE DE ACERTAMENTO E LIQUIDAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RETOMADA AUTOMÁTICA DAS EXECUÇÕES APÓS O FIM DO PRAZO DE 180 DIAS. NÃO CABIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, ultrapassada a fase de accertamento e liquidação dos créditos trabalhistas, cuja competência é da Justiça do Trabalho, os valores apurados deverão ser habilitados nos autos da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento (Decreto-Lei 7.661/45; Lei 11.101/2005).

2. O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

RCD no CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012.

E ainda: CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2017; AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/05/2017, DJe 31/05/2017; CC 145.027/SC, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 31/08/2016; AgInt no CC 145402 / GO, Rel. Min. **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 29/06/2018; CC 153473 / PR, Rel. Min. **MARIA ISABEL GALLOTTI**, Rel.p/acórdão, **Min. LUIS FELIPE SALOMÃO**, DJe de 26/06/2018.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. **JUÍZO DE DIREITO DA 25.ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA-GO** (juízo da recuperação judicial), para a prática de quaisquer atos constitutivos/executórios sobre o patrimônio das empresas recuperandas, relativos à Reclamação Trabalhista n.º 0000379-36.2018.5.05.0101, ajuizada por Quele Pinto Gomes, em trâmite perante o Juízo da 1.ª Vara do Trabalho de Simões Filho-BA, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes às suscitantes, que eventualmente ainda permaneçam

Superior Tribunal de Justiça

bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator